

REVISITANDO O LIVRO DIDÁTICO: A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA

Sandra Regina CECÍLIO
Universidade Estadual de Londrina
sandcecilio@hotmail.com

Cleusa Maria Alves de MATOS
Universidade Estadual de Londrina
cleusamatos@wnet.com.br

RESUMO: A variação lingüística esteve ausente na proposta pedagógica de ensino de língua portuguesa durante muito tempo. Em detrimento da democratização do ensino iniciada nos anos 60 surgiu a necessidade de os pesquisadores discutirem tal fenômeno no âmbito educacional. O presente trabalho é uma retomada de pesquisa anterior, realizada por Cecílio (2002) acerca da variação lingüística apresentada em manuais didáticos (1996, 1998, 1999) de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, adotados em escolas públicas paranaenses. Neste momento, revisitamos e analisamos a coleção didática “Língua Portuguesa: rumo ao letramento”, (GUSSO; FINAU, 2002) com o objetivo de observar a abordagem que tal obra confere à variação lingüística. Concluímos que a coleção didática apresenta avanço significativo em relação ao nosso foco de análise. As autoras da obra analisada consideram com propriedade as discussões e pesquisas acadêmicas acerca do assunto abordado, e acima de tudo, privilegiam reflexão sobre o fenômeno, sempre atual e presente na sociedade. Em momento algum percebemos visões estereotipadas e preconceituosas da língua e tampouco o conceito de certo x errado que enfatiza apenas a variedade culta e subestima as demais.

PALAVRAS-CHAVE: *variação lingüística; ensino de língua portuguesa*

ABSTRACT: The linguistic variation was absent in the Portuguese pedagogic teaching proposal for a long time. Due to the teaching democratization, which began in the sixties, the researchers' needed to initiate a discussion concerning the phenomenon in the educational ambit. This paper is a retaking of previous research, accomplished by Cecílio (2002), concerning the linguistic variation presented in textbooks (1996, 1998, 1999) from 5th to 8th grades elementary school, adopted in public schools in Paraná state. At this time, we revisited and analyzed the didactic collection “Língua Portuguesa: rumo ao letramento” (GUSSO; FINAU, 2002) aimed at observing the approach it gives to the linguistic variation. We concluded the textbooks present significant progress concerning our focus of analysis. The authors really take into account the discussions and academic researches concerning linguistic variation, and above all, they privilege reflecting on the phenomenon, which is always current and present in the society. At any time have we noticed stereotyped and prejudiced visions of the language, neither the concept of right x wrong that just emphasizes the educated variety and underestimates the others.

KEYWORDS: *linguistic variation; Portuguese language teaching*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é uma retomada de pesquisa anterior, realizada por Cecílio (2002) acerca da variação lingüística apresentada em manuais didáticos (1996, 1998, 1999) de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, adotados em escolas públicas paranaenses. Neste momento, revisitamos e analisamos uma coleção didática mais recente, aprovada pelo MEC – PNLD/2005 (Programa Nacional do Livro Didático) e proposta aos professores de língua materna das escolas públicas do Paraná para escolha e conseqüente adoção.

Considerando os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCN) do terceiro e quarto ciclos, observamos um avanço quanto à abordagem do tema no livro didático:

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e de escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas [...] A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (BRASIL, 1998, p. 31).

A variação lingüística esteve ausente na proposta pedagógica do ensino de língua portuguesa durante muito tempo. Baseados em Soares (1996), assinalamos que a partir dos anos 60 ocorreu a democratização do ensino, quando houve aumento e diferença significativa da clientela escolar. A instituição, que antes tinha como público alunos pertencentes às classes média e alta urbanas, passou a receber também a clientela da classe baixa proveniente da periferia urbana e zona rural, cuja variedade lingüística não condizia com o discurso escolar. A escola considerou as diferenças como deficiências, acreditando que os novos alunos falavam português “errado” e na tentativa de “consertá-lo” tentou aproximar a fala do aluno da norma culta, ignorando o uso lingüístico e aplicando o que dita a gramática normativa. Em detrimento destas mudanças e do avanço das pesquisas em estudos da linguagem, postulamos que a variação lingüística não pode mais ficar à margem do ensino de línguas.

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ENSINO

Por muito tempo, acreditou-se que o ensino de língua portuguesa deveria ser pautado no trabalho com a gramática, considerando como válida somente a variedade padrão. No entanto, o método tradicional parece não ter sido eficaz, pois se ensinam a mesma nomenclatura, conceitos e normas nos ensinos fundamental e médio e, talvez, até no nível superior, e os alunos saem da escola alegando que não sabem português, pelo fato de esta ser uma língua “difícil”. Quando se privilegia a gramática normativa, enfocando-a como uma obra acabada, a língua materna acaba se caracterizando como uma teoria fragmentada, repleta de regras e de exceções. Sob essa visão, o ensino fica voltado somente para a metalinguagem, com definições, conceitos, categorizações e análises, quase sempre, descontextualizadas. É um ensino de reconhecimento de normas, classificações e estruturas que não propicia a reflexão nem garante o conhecimento e ampliação do horizonte discursivo dos alunos acerca das práticas de linguagem.

Segundo o documento *PCN de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1998) o ensino gramatical desarticulado dos usos não se justifica e o trabalho com a gramática não deve se pautar no mito de que existe uma forma correta de falar. Nesse sentido, o estudo da gramática não deveria restringir-se exclusivamente à variante padrão, correspondente à variedade de prestígio, visto esta não ser a única existente. Em decorrência desta visão, não é viável que a escola se concentre em apenas um objeto de ensino parcial – na chamada norma padrão, cuja gramática dita as regras, fazendo julgamentos de valor, indicando o certo e o errado. Se o ensino for voltado somente para a gramática normativa pode tornar-se arraigado ao conservadorismo e, certamente, não fará muito sentido para aqueles que se encontram na condição de aprendizes.

Não podemos desconsiderar, contudo, que é papel da escola propiciar ao aluno o acesso à variante culta, relacionada a um determinado grau de domínio da leitura e da escrita (POSSENTI, 1996). Nessa perspectiva, compete à escola focar prioritariamente, mas não exclusivamente, a variante padrão, já que seu domínio constitui um fator de ascensão social e de acesso aos bens de uma dada cultura. Mas não podemos desconsiderar que a língua é viva, haja vista que quem faz uso dela são os sujeitos em constante processo de transformação e que, assim como há diferenciação de classes e diversidade cultural na sociedade, também há a diversidade lingüística, já que as diferenças culturais, sociais, regionais e tantas outras refletem na língua, instalando-se uma multiplicidade de linguagem. Por sua vez, a linguagem depende e varia conforme as intenções e necessidades do locutor, de quem é o interlocutor no momento da enunciação, da situação e do momento histórico em que o discurso ocorre. Além disso, existem as diferenças dialetais, de classe social, de idade, de sexo, de variação histórica, de variações de registro e ainda a necessidade de o falante utilizar mais de uma variante lingüística, de acordo com o contexto em que está inserido.

Conforme aponta Camacho (1988, p. 29), toda língua é um objeto histórico que se transforma no tempo e se diversifica no espaço. Tarallo (1985, p. 8) define variação lingüística como duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade. Entendemos que fatores de diversidade lingüística não ficam restritos apenas a tempo e espaço, por isso corroboramos com a afirmação de Camacho (1988) de que a heterogeneidade se explica também por meio de variação social e estilística.

De acordo com Lemle (1978), a heterogeneidade lingüística dentro de um vasto e diversificado país como o Brasil é um fato natural e inevitável. A variação faz parte da natureza da linguagem e é resultado da diversidade de grupos sociais e da relação que tais grupos mantêm com as normas lingüísticas.

De um modo geral, pode-se dizer que os fatores determinantes da heterogeneidade lingüística são três: o *geográfico*, responsável pela divergência lingüística entre comunidades fisicamente distantes uma da outra; o *social*, responsável pela divergência lingüística entre distintos subgrupos de uma comunidade local, sendo fatores potencialmente distintivos a estratificação social, a faixa etária, o sexo, a ocupação profissional dos falantes, o desejo ou interesse que eles têm em manterem características lingüísticas que os demarquem; o *registro* de uso, ou nível de formalidade atribuído ao encontro pelos interlocutores, numa gama que vai desde o mais coloquial ao mais formal (LEMLE, 1978, p. 61, grifo da autora).

Conforme Bagno (1999), o reconhecimento de existência das variedades lingüísticas é fundamental para o ensino da língua portuguesa. Acrescentamos a isso as condições de uso da linguagem, visto que na prática discursiva há muito mais do que itens e regras de gramática, já que um mesmo indivíduo pode fazer diferentes usos da língua dependendo da situação, de quem é seu interlocutor e de suas intenções. A partir dessa ótica, o contexto em que a linguagem ocorre é essencial, pois seu uso é uma prática sócio-histórica e ideológica; é um modo de vida social constituído pela interação. Dessa maneira, ensinar gramática por gramática leva a um esvaziamento do ensino de língua e não a um melhor desempenho lingüístico.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO MANUAL DIDÁTICO

A coleção Língua Portuguesa: rumo ao letramento (GUSSO, FINAU, 2002) da Base Editora aprovada pelo MEC – PNLD/2005 - 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental - apresenta propostas que privilegiam variedades lingüísticas com vista a desenvolver a competência lingüístico-discursiva dos alunos.

As autoras valorizam a reflexão sobre a língua em uso e ressaltam discussões sistematizadas sobre as diferenças dialetais, sobre a organização da escrita e, também, sobre as relações entre fala e escrita em todos os volumes.

Ao examinar os quatro exemplares da coleção verificamos que o livro da 5ª série apresenta uma unidade intitulada “As diferenças do Português” (p. 29-45) que discute os dialetos do Brasil e apresenta pedagogicamente como surgiram as diferenças no português

brasileiro. Vale ressaltar que, ao discutir os dialetos, o livro faz referência à matéria publicada na Revista *Superinteressante* do Grupo Abril, (2000). Observamos que tal fato é inovador nos manuais didáticos ao abordar a temática “variação lingüística” porque ao compararmos com a pesquisa de Cecílio (2002) verificamos que esta apontou que a discussão enfocava a linguagem de maneira superficial e, na maioria das vezes, com base no conceito “certo x errado”.

A unidade dispensa 15 páginas para tratar do assunto, a saber: apresenta os dialetos do Brasil e sua origem social, histórica, cultural e geográfica; propõe nove atividades para que o aluno possa refletir sobre o processo de variação da língua; contrasta a língua falada com a língua escrita e sua aplicabilidade em cada situação de uso procurando expandir a linguagem de um contexto para diferentes variedades sociais, com certa predominância para a variedade padrão. Para ilustrar a discussão, trabalha o gênero HQ, com história do personagem Chico Bento, criada por Maurício de Souza propondo atividades de reflexão sobre os costumes do homem do campo, incluindo sua maneira de falar. Observamos que o gênero é pouco discutido, uma vez que o objetivo, nesta unidade, é mostrar a diversidade da língua e aproximar o aluno às mais variadas expressões regionais, às gírias, às diferenças de sotaque, enfim, valorizar a riqueza cultural do país e não discutir gêneros especificamente. E para finalizar, apresenta uma leitura complementar que informa sobre a variação vocabular existente entre o português brasileiro e português de Portugal.

O livro da 6ª série também traz uma unidade dedicada ao tema – “Preconceito lingüístico: tô fora!” As diferenças na língua ocorrem porque ela é viva e os falantes a modificam com o passar do tempo. Desta forma, a linguagem do século XVII é completamente diferente da linguagem do português atual. As autoras promovem tal discussão e tratam do uso das gírias, que é uma transformação da língua em todos os tempos. As mudanças sempre ocorreram, entretanto em determinados contextos o falante deve optar pelo uso mais adequado da linguagem. Isso não significa que a escola deva privilegiar uma variedade em detrimento das outras. Ao discutir “gírias”, a unidade tenta aproximar o aluno da linguagem informal e formal. Salientamos que a discussão é relativamente breve e em apenas oito páginas aborda atividades de leitura, de produção escrita e oral. Ao compararmos esta unidade com a do livro anterior, observamos que a discussão no exemplar da 5ª série foi mais bem elaborada e mais aprofundada.

O exemplar da 7ª série dedica uma unidade para reflexão da escrita e da fala e aborda o preconceito lingüístico quando trata da oralidade e de diferentes pronúncias, ou seja, quando discute acerca da variação geográfica, especificamente a fonética. As autoras encaminham apontamentos para que os alunos percebam que a diferença entre fala e escrita é um fenômeno que ocorre em todas as línguas e para consolidar tal reflexão sugerem atividades de retextualização do texto oral para o escrito. Ao final da unidade propõem aos alunos que convidem uma pessoa que atue na instituição escolar para falar sobre suas atividades. Sugere que tal fala seja gravada e transcrita para que os alunos analisem as características da oralidade e suas respectivas mudanças, ou apagamentos, quando a modalidade falada passa para a modalidade escrita. De acordo com nossa experiência na docência do Ensino Fundamental, acreditamos que essa atividade é relativamente complexa para alunos deste nível. É necessário que o professor tenha muito embasamento teórico relacionado à pesquisa sociolingüística para dar conta de uma atividade como essa.

No exemplar da oitava série, o fenômeno da variação lingüística é apresentado ao longo de todo o livro, como, por exemplo, o estudo da adequação da linguagem na unidade 1, o uso de estrangeirismos nas unidades 2 e 3, os graus de formalidade na linguagem nas unidades 1,7 e 9. Não verificamos uma unidade específica para discutir o assunto, portanto não teceremos descrições acerca deste volume.

O que pudemos verificar ao longo de nossas descrições e análises é que o exemplar da 5ª série aborda o fenômeno da variação lingüística com maior profundidade e riqueza, conforme apontado anteriormente. Ousamos afirmar que como se trata de uma coleção, e de que ela é adotada pela escola, o aluno que se encontra nas séries finais do ensino fundamental já tenha conhecimento das discussões anteriores. Assim, pressupomos que cada volume não se constitui por si mesmo, é parte de um todo elaborado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao confrontarmos a presente análise com a pesquisa de Cecílio (2002), verificamos que a coleção didática de Gusso e Finau (2002) apresenta avanço significativo em relação ao fenômeno da variação lingüística. As autoras consideram com propriedade as discussões e pesquisas acadêmicas acerca do assunto abordado, e acima de tudo, privilegiam reflexão sobre o fenômeno, sempre atual e presente na sociedade. Em momento algum percebemos visões estereotipadas e preconceituosas da língua e tampouco o conceito de certo x errado que enfatiza apenas a variedade culta e subestima as demais.

Retomando Cecílio (2002), enfatizamos que o livro didático é um instrumento de auxílio para o professor, mas não deve ser visto como o único meio a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem. Por esse motivo, acreditamos que o professor competente sabe utilizar apropriadamente o material didático que possui e complementá-lo com outros meios e instrumentos. É importante ressaltar que toda prática pedagógica deve ser embasada em teorias para que a transposição didática seja, de fato, eficaz.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Preconceito lingüístico**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – 3º e 4º ciclos**. Brasília, 1998.
- CAMACHO, R. G. A variação lingüística. In: **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus**. São Paulo: SE/CENP, 1988, v. 3.
- CECÍLIO, S. R. **A variação lingüística sob o enfoque do livro didático**. Entretextos, Londrina, v. 3, p. 391-408, jan./dez. 2002.
- GUSSO, A. M. C.; FINAU, R. A. **Língua Portuguesa: rumo ao letramento**. Curitiba, Base, 2002.
- LEMLE, M. **Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro (53/4): 60-94, abr./set., 1978.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- SOARES, M. B. **Um olhar sobre o livro didático**. Presença Pedagógica, v. 2, n. 12, nov./dez., 1996.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1985.
-